

Fernando de Azevedo e a formação pedagógica do professor Secundário: o INSTITUTO DE EDUCAÇÃO.

Elza NADAI*

O Instituto de Educação é uma das realizações menos conhecidas de Fernando de Azevedo. No entanto, apesar de sua duração efêmera, chegou a integrar a Universidade de São Paulo, além de ter se constituído em um bem acabado projeto de formação pedagógica do professor secundário. Aliás, o primeiro colocado em prática. Como se originou? Em que termos foi institucionalizado? Qual seu alcance e sua abrangência? Quais foram seus objetivos?

O Instituto de Educação foi uma das primeiras respostas institucionais ao documento dos *Pioneiros da Escola Nova*. Foi instalado em São Paulo em razão de conjuntura favorável propiciada pela aproximação de um de seus principais inspiradores, Fernando de Azevedo, ao núcleo de poder estadual, chegando a ocupar a Diretoria do Ensino durante o primeiro semestre de 1933.

Ele se originou da conversão da Escola Normal *Caetano de Campos* que, por reduzido tempo, se transformara em *Instituto Pedagógico* e, pelo decreto estadual 5.846 de 21 de fevereiro de 1933, reafirmado pelo 5.884, de 21 de abril do mesmo ano, que instituiu o Código de Educação do Estado de São Paulo, ganhou novas atribuições, explicitadas em seu artigo primeiro: *"formar, além dos inspetores, diretores de escolas, os professores primários e também os secundários; manter cursos de aperfeiçoamento e de divulgação, para os membros do magistério; assumir classes de ensino primário e secundário para alunos de ambos os sexos, que possam ser utilizadas para observação, experimentação e prática do ensino pelos candidatos ao professorado"*.

* Titular do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da USP.

Para atender o conjunto das novas responsabilidades, o Instituto de Educação se constituiria das Escolas de Professores, Secundária e Primária; do Jardim da Infância e da Biblioteca (art. 2, do decreto 5.846 de 21 de fevereiro de 1933).

A Escola de Professores, por sua vez, teria *"por fim formar profissionais do ensino primário e secundário e fornecer cursos de aperfeiçoamento cultural e profissional para o professorado, mantendo para isso, os centros de investigação que se tornarem necessários"* (artigo terceiro do decreto 5846, de 21 de fevereiro de 1933 e artigo 631, do Código de Educação do Estado de São Paulo) e a *"formação de diretores e inspetores escolares e de aperfeiçoamento"* (artigo 640 do Código de Educação).

Os outros estabelecimentos criados - escolas secundária, primária e o Jardim da Infância - seriam usados, como de aplicação ou experimentais, subordinadas à *Secção da Prática de Ensino* que deveria se *"tornar o centro à volta do qual gravitarão todos os outros cursos de formação profissional de alunos-mestres"* (artigo primeiro do decreto estadual 5 846, de 21 de fevereiro de 1933 e artigo 638, do Código de Educação).

Portanto, o perfil da formação do professor secundário, apenas esboçado no decreto que instituíra o Instituto Pedagógico, adquiria conteúdo e limites precisos: a valorização inicial da formação prática realizada em escolas pré-selecionadas, a previsão de espaços dedicados à investigação científica, como condição do aperfeiçoamento profissional e a preparação, paralela a de outros profissionais que cuidariam da administração, organização e do controle do ensino.

O decreto informava ainda que o curso de formação do professor secundário fora planejado e seria executado *"enquanto não se estabelecesse em São Paulo a Faculdade de Educação, Ciências e Letras"*, prevista por norma federal. Ele teria a duração de três anos, sendo *"os dois primeiros de cursos geraes fundamentaes de cada uma das secções em que se divide o ensino na Escola de Professores, o terceiro de cursos especiaes relativos aos problemas psychologicos e sociaes da*

adolescência e ao currículo secundário" (art. 14 parágrafo primeiro do decreto 5 846, de 21 de fevereiro de 1933).

Os cursos especiais no último ano versariam sobre matérias constantes das cinco secções que compunham o Instituto - *"Ensino Secundário Comparado; Prática de Ensino, Psicologia e Higiene da Adolescência e dos Problemas Sociais da Adolescência. (artigo 14, parágrafo 2º do decreto 5.846 e artigos 642 e 643 do Código de Educação). E as Secções seriam as de Educação, Biologia Aplicada à Educação, Psicologia Educacional, Sociologia Educacional e Prática de Ensino (artigo quarto do decreto de 21 de fevereiro de 1933)".*

A **Secção de Educação** dedicar-se-ia aos estudos teóricos e compreenderia cursos sobre *"os princípios gerais de Educação, Educação Comparada, Filosofia e História da Educação"*. A **de Biologia** centralizar-se-ia *"no estudo do desenvolvimento físico durante a idade escolar, compreendendo a infância e o adolescente, nas noções de higiene e estatísticas vitais"*. A **de Psicologia** se propunha estudar a *"psicologia da criança e do adolescente, além dos testes e escalas e da orientação profissional"*. À **de Sociologia** interessava focalizar os *"problemas sociais contemporâneos"* (artigos 5, 6, 7 e 8 do decreto 5846, de 21 de fevereiro de 1933 e artigos 633, 634, 635 e 636 do decreto estadual 5884, de 21 de abril do mesmo ano).

À **Prática de Ensino** corresponderia duas outras sub-secções: a primeira, propriamente denominada **prática de ensino** visaria o *"treino profissional dos alunos, levando-os à observação, experimentação e participação"* e se responsabilizaria também pelos *"cursos de administração escolar"* e a segunda constituía-se das **matérias de ensino** e incluiria *"todos os cursos das matérias que o professor terá que ensinar; já no curso primário, já no curso secundário, tratadas sob os seguintes aspectos: psicologia das matérias de ensino; histórico do seu desenvolvimento no programa escolar; as relações que mantém com as demais matérias; organização do respectivo programa nas várias classes de ensino, segundo os diferentes tipos de escolas ou de sistema escolar e estudo crítico dos*

compêndios e manuais" (artigo nono, parágrafos 1 e 2 do decreto de 21 de fevereiro de 1933 e artigo 637 do Código de Educação).

O candidato ao solicitar matrícula no terceiro ano da Escola de Professores, deveria "juntar documentos tais como títulos científicos, diplomas acadêmicos, trabalhos publicados, pelos quais provaria, a juízo do diretor, ou da comissão consultiva, a sua familiaridade com a matéria. Se deferido o pedido, deveria submeter-se à prova de habilitação na matéria escolhida, perante banca constituída e presidida pelo diretor do Instituto, e composta de dois professores especializados e de um catedrático da Escola. O programa deveria abranger, no mínimo, o do curso secundário oficial, acrescido de uma parte histórica e outra filosófica. O número e a natureza das provas seriam determinadas pela banca, com cinco dias de antecedência, segundo a matéria em exame, devendo haver, obrigatoriamente, duas dissertações escritas, em dias diferentes, sobre ponto tirado à sorte, de uma lista de, pelo menos, trinta, anunciados ao candidato com três dias de antecipação".

O artigo 644 do Código de Educação determinava que "será considerado habilitado para o ensino secundário da matéria que requereu, o candidato que obtiver aprovação, tanto no curso de três anos da Escola de Professores, como nas provas de habilitação referidas".

É importante frisar ainda que se identifica preocupação do legislador com a unidade do conhecimento e das relações entre prática e teoria; em outros termos, a integração totalizadora da aprendizagem do aluno, evidenciada na redação do parágrafo terceiro, do artigo décimo, do decreto que criou o Instituto de Educação (também do artigo 638 do Código de Educação): "No fim do currículo profissional o professor da secção ou seu assistente dará um curso de integração ou de princípios geraes com o fim de reconduzir a theoria educacional no espírito do alumno-mestre, a uma coordenação lógica após as dúvidas, as difficuldades e os problemas que lhe trazer a prática na escola de applicação".

Desta forma, os decretos, ao delinearem a natureza, a constituição e os objetivos do Instituto de Educação, determinaram também o perfil da formação

pedagógica do futuro professor secundário. De um lado, não se encontrou descontinuidades em relação à formação do professor primário, ou seja, o professor secundário foi herdeiro das tradições pedagógicas que permearam a formação do primeiro, caracterizadas, sobretudo, pelo papel da **prática**, realizada em escolas-modelo e coordenada por Secção que se ocupava não só das atividades de estágio, enquanto treinamento profissional, mas também de cursos de administração. De outro, a prática não era valorizada por si mesma mas como condição de compreensão dos limites, das especificidades e características do programa escolar, de sua relação com as demais matérias (integração); das diferenças dos conteúdos de ensino quando em comparação às diferenças de escolas, além do estudo crítico dos manuais e compêndios (saber escolar). Além disso, o número amplo e variado de disciplinas exigidas, com destaque para Psicologia e Sociologia, e o cuidado com a sua fundamentação teórica atestavam a preocupação e as exigências dos idealizadores do **Instituto de Educação** com a formação intelectual do novo profissional.

O **Instituto de Educação** preparava uma reforma geral em suas dependências para se adequar aos diferentes cursos quando, em 1934, teve uma de suas escolas integradas ao lado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na recém criada Universidade de São Paulo (decreto estadual 6.283 de 25 de janeiro). Esta atitude foi ratificada pelos Estatutos da Universidade proclamados pelo decreto 6.533, de 4 de julho de 1934.

Desta forma o **Instituto de Educação** incorporou-se à Universidade de São Paulo, *"exclusivamente pela sua Escola de Professores; ficando-lhe, porém, subordinados administrativa e tecnicamente, como institutos anexos, o Curso Complementar, as Escolas Secundária, Primária e o Jardim da Infância, destinados à experimentação, demonstração e prática de ensino e ao estágio profissional dos alunos da Escola de Professores"* (artigo 5º do decreto 6.283, de 25 de janeiro de 1934 e do decreto 6.533, de 4 de julho de 1934). Assim, somente a **Escola de Professores** adquiria, legalmente, o *status* privilegiado de escola universitária,

embora mantivesse sob seu controle mas subordinadas à Diretoria de Ensino, escolas de graus inferiores que a auxiliariam na execução do projeto pedagógico.

O decreto de criação da USP afirmava que *"a licença para o magistério secundário será concedida pela Universidade somente ao candidato que, tendo-se licenciado em qualquer das secções em que se especializou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, haja concluído o curso de formação pedagógica no Instituto de Educação, o que poderia ser feito concomitante ao terceiro ano"*. Definia ainda a separação entre as sub-secções *Prática de Ensino* e *Matérias de Ensino*; determinando que esta última, além de se direcionar para a formação do professor secundário, deveria cuidar do *"estudo teórico-prático da metodologia da matéria, das dificuldades que lhe são inerentes e das técnicas e processos para removê-las; da importância da matéria para formação mental do adolescente; da história do ensino da matéria; da correlação de cada matéria com as demais; dos princípios e da prática da organização dos programas escolares"* (artigo 5, parágrafo terceiro do decreto 6.283, de 25 de Janeiro de 1934). O decreto definiu também dois títulos diversos aos concluintes: *licenciatura* para o cumprimento das determinações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em qualquer de suas secções e *licença de professor* para o grau obtido no Instituto de Educação.

Os Estatutos da Universidade de São Paulo complementaram as instruções legais, determinando, em seu artigo 28 que *"a formação pedagógica de professores secundários, se faz em um ano de curso, dividido em semestre, com as seguintes matérias: Biologia Educacional Aplicada ao Adolescente, Psicologia Educacional, Sociologia Educacional, História e Filosofia da Educação, Educação Secundária e Comparada e Metodologia do Ensino Secundário; sendo que esta última Cadeira, sob a responsabilidade de um catedrático, terá os assistentes que a necessidade exigir, encarregados da Metodologia Especial de matérias isoladas, ou de grupos de matérias"* (artigo 28, parágrafo primeiro do decreto estadual 6.533, de 4 de julho de 1934).

Ao Instituto de Educação caberia ainda a responsabilidade pelos cursos de administradores escolares e o de formação pedagógica de professores primários, cada um com dois anos de duração.

Definiu-se, assim, com clareza, as instituições responsáveis pelo projeto oficial de formação do professor secundário, como esclareceu o então interventor do Estado, Armando de Salles Oliveira: "*É na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que o candidato ao magistério de qualquer disciplina ou grupo de disciplinas affins, em escolas secundárias, irá aprender o que ensinar, para aprender como ensinar no Instituto de Educação*" (MENSAGEM, 1936, p. 29)¹. O novo profissional originou-se marcado pela dualidade em sua formação: conteúdo científico, formação cultural de um lado e pedagógico, metodológico e técnico, de outro.

As atividades nitidamente profissionais, de se responsabilizar pela parte pedagógica no processo de formação do professor secundário não esgotariam o trabalho e o alcance do Instituto. Ele deveria cuidar, nas palavras de seu fundador a "*preparar, aperfeiçoar e especializar professores dos diversos graus e administradores escolares ou, mais explicitamente, directores e orientadores de ensino a que chamamos ainda inspectores e delegados, de acordo com a terminologia tradicional, em que se accusa, de certo modo, a preponderancia da função fiscal ou controladora sobre a função technica, certamente cada vez mais importante, de orientação*" (AZEVEDO, 1935, p. 3)².

Fernando de Azevedo pretendia ainda que o Instituto superasse as preocupações profissionais e se transformasse, ao mesmo tempo, "*no laboratório*

¹ MENSAGEM apresentada pelo governador Armando de Salles Oliveira à Assembléa Legislativa de São Paulo em 9 de Julho de 1936. São Paulo, Rev. dos Tribunais, 1936.

² AZEVEDO, Fernando de. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v. 1, n.1, p.3, set. 1935.

do sistema educacional paulista" (AZEVEDO, 1937, p. 229)³, ou seja, "numa faculdade organizada não somente para dar a preparação técnica do professor e do administrador escolar, como também para se constituir num centro de cultura superior, de investigação e de pesquisas para o estudo científico e experimental da educação". Em outro trecho do mesmo pronunciamento afirmou que estava "se organizando para que possa desempenhar esta missão científica, sem dúvida difícil e ardua, de contribuir, com as suas investigações, para a melhor compreensão e solução de problemas bio-psicológicos e sociais, e, portanto, para o progresso dos ramos de conhecimentos, que constituem as bases científicas das profissões ligadas à educação" (AZEVEDO, 1935, p. 28)⁴.

Contava o o Instituto de Educação com condições materiais e recursos humanos para assumir atribuições tão amplas?

A posição central no Instituto foi ocupada por Fernando de Azevedo, antigo professor de Latim e Literatura da Escola Normal de São Paulo, que desde 1931 fora nomeado regente da 4a. cadeira, a de Sociologia, do Instituto Pedagógico, pelo interventor João Alberto Lins de Barros, por indicação de Lourenço Filho, na época Diretor Geral da Instrução Pública. Com a criação do Instituto de Educação, transformou-se em professor-chefe de Sociologia Geral e Educacional e, com sua integração na USP, assumiu a posição de catedrático.

Todavia, outros profissionais se fizeram necessários pois a estrutura curricular do curso de formação de docentes compreendia sete outras Cadeiras. Assim, em 1935, foram organizados os primeiros concursos para *docentes livres*. Estes, se aprovados, assumiriam as seguintes atribuições, conforme o exposto no artigo 28 do Regulamento da referida instituição: "realizar cursos equiparados,

3 _____ . Archivos do Instituto de Educação. São Paulo, v.3, n.4, p.229, set. 1937.

4 _____ . A missão da universidade: conferência pronunciada em 4 de janeiro de 1935. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 28, set. 1935, 4.

substituir o professor catedrático da disciplina, nos impedimentos, colaborar com o professor catedrático na realização dos cursos normais, quando por ele indicado, reger o ensino de turmas, se designado, organizar e realizar cursos de aperfeiçoamento e especialização, relativos à disciplina, de que é docente, ou colaborar na sua realização". Em princípio, o *docente livre* não pertencia ao corpo de professores e, somente, em casos de substituição, receberia remuneração que correspondia exatamente à perda pelo catedrático.

O concurso, composto de diversas provas, era semelhante ao dos Ginásios do Estado da Primeira República. O artigo 38 definia a obrigatoriedade de apresentação *"de uma monografia original, ainda não publicada, com cinquenta páginas no mínimo, sobre assunto de livre escolha do candidato e pertinente à matéria em concurso, devendo della ser entregues cinquenta exemplares impressos à Secretaria; prova escrita, de três horas de duração, sobre ponto sorteado dentre uma lista de vinte, organizada pela Comissão, cinco dias antes do concurso, e posta à disposição dos candidatos; arguição sobre a monografia e prova pedagógica, consistindo em preleção de cinquenta minutos, sobre um tema sorteado com vinte e quatro horas de antecedência, dentre uma lista de vinte".* (REGULAMENTO, 1935, p. 210-211)⁵

As Cadeiras submetidas a concurso foram Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Sociologia Educacional, Filosofia e História da Educação, Estatística e Educação Comparada, Administração e Legislação Escolar, Metodologia do Ensino Secundário e Metodologia do Ensino Primário. Em algumas houve aprovação e foram nomeados catedráticos Milton Camargo da Silva Rodrigues, para *Estatística e Educação Comparada*, Onofre de Arruda Penteado Jr, para *Metodologia do Ensino Primário* e Noemy da Silveira Rudolfer, para *Psicologia Educacional*. Para Metodologia do Ensino Secundário não houve inscritos,

⁵ Regulamento para concursos livre-docentes. *Archivos do Instituto de Educação*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 210-211, set. 1935.

mantendo-se vaga. A partir de 1936, foram contratados Paul Arbousse Bastide e Dora de Barros Pastorino, o primeiro como *regente* e a segunda como *auxiliar de ensino*.⁶

Nessa mesma época, José Querino Ribeiro assumiu as funções de *auxiliar de ensino* da Cadeira de Administração e Legislação Escolar, cujo responsável era Roldão Lopes de Barros; para Biologia Educacional foi nomeado *assistente* Julio Baptista da Costa, em substituição a Antonio Almeida Jr, que assumira o cargo de Diretor de Ensino.

A maior parte destes professores originavam-se da Escola Normal da Praça da República ou de Escolas Normais do interior e somente Noemy Silveira Rudolfer estivera entre 1928/29 aperfeiçoando-se nos Estados Unidos, sob os auspícios da Carnegie Endowment for International Peace e, depois, em 1930/31, na Universidade de Columbia.

Considerando as condições objetivas de funcionamento, definidas historicamente, pode o Instituto de Educação superar sua natureza profissional e realizar investigações no campo educacional? Qual foi a concepção pesquisa que imperava?

O próprio Fernando de Azevedo tratou do tema no número I da revista - *Archivos do Instituto de Educação* - editada para divulgar as investigações, os estudos e matérias de doutrina variadas.

Entendia que a instituição deveria ser "*um centro de irradiação do novo pensamento educacional brasileiro*" e as pesquisas deveriam "*cuidar de aplicar o*

⁶ Dora C. de Barros, provavelmente, escreveu um dos primeiros trabalhos sobre Didática, em São Paulo. Foi sua "tese ao concurso para a livre docência da Cadeira de Didática Geral e Especial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo", em 1940. Nela, definiu a Didática como a arte de ensinar ou, mais precisamente, como o "conjunto sistematizado de técnicas de orientação da marcha da aprendizagem, que deveria basear-se sobre fundamentos científicos rigorosamente controlados". Uma história desta disciplina, não poderia prescindir da análise dessa obra. (BARROS, 1940, p. 113).

método científico experimental" e ser desenvolvidas em Laboratórios ligados às Cadeiras especialmente, criados para esse fim. A Escola Normal *Caetano de Campos* legara o Laboratório de Psicologia Aplicada, fundado em 1931, como Serviço de Psicologia Aplicada, integrante do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, com o objetivo de "*estudar o educando - seus interesses, aptidões, talentos, capacidades, deficiências e fornecer as condições mais favoráveis ao máximo desenvolvimento do educando*". Em 1933, o *Código de Educação* o anexou à Escola Normal da Capital e depois ao **Instituto de Educação**, sob denominação de Laboratório de Psicologia Educacional, competindo-lhe, então, "*desenvolver atividades de pesquisas, investigações e estudos*" (RELATÓRIO, 1939/49)⁷. Legara também o Centro de Puericultura, organizado por A. de Almeida Junior, catedrático de Biologia Educacional. Ambos os laboratórios contavam com diversas repartições, alguma estruturação e pequeno número de colaboradores. Foram publicados, sob suas respectivas orientações diversos estudos, como por exemplos: "*O nosso diário alimentar; resultados de um inquérito na capital do Estado de São Paulo*" (ALMEIDA JR, 1935)⁸ e "*Aferição do teste Deaborn, serie I, exame A^{AB}*"; "*Como estudar com eficiência*"¹⁰; "*Um ensaio de método ativo no ensino superior*"¹¹.

⁷ RELATÓRIO da Cadeira de Psicologia Educacional. Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, V. 2, p. 515-520, 1939-1949.

⁸ ALMEIDA JR., A. O nosso diário alimentar; resultados de um inquérito na capital do Estado de São Paulo. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v.1, n.1, p. 34-52, set. 1935.

⁹ RUDOLFER, Noemy da Silveira. Aferição do teste Deaborn, série I, exame A. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v.1, n.1, p. 74-159, set. 1935.

¹⁰ CUNHA, Célia Ribeiro da. Como estudar com eficiência. *Idem*, op.cit.

¹¹ RUDOLFER, Noemy da Silveira. Um ensaio de método ativo no ensino superior. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v.2, n.2, p.47-119, set. 1936.

Além de investigações realizadas sob supervisão de docentes do Instituto, os **Archivos** divulgaram obras de autores da Escola renovada, como Kilpatrick e Jean Piaget, recém-publicadas na Europa ou nos Estados Unidos¹²; de sociólogos, como Emile Durkheim, Paul Arbousse Bastide e Fernando de Azevedo¹³, além de alimentar o debate sobre a necessidade de se organizar um plano de estudos para a escola secundária, compatível com o grau de modernização do país. Divulgou, regularmente, estudos mostrando planos de diversos países, sobretudo ocidentais, sobre o tema da formação do professor secundário, no intuito de argumentar, favoravelmente, sobre sua importância e realçar a proximidade da política brasileira com a de países considerados adiantados. (A Extensão; FACTOS, 1937)

Outros laboratórios foram planejados mas não chegaram à concretização. Os **Archivos**, em 1937, divulgaram extenso relatório a respeito das *demarches* visando criar o "*Centro de Documentação e Estudos Pedagógicos*" à semelhança do "*Centro Nacional de Pesquisas Pedagógicas*", instalado em 1932, na capital francesa. Na tentativa, estiveram envolvidos, os intelectuais que atuavam no Instituto (Noemy da Silveira Rudolfer, Fernando de Azevedo, Milton da Silva Rodrigues, Onofre de Arruda Penteado, Paul Arbousse Bastide, entre outros) e os membros da Sub-Comissão de Cooperação Intelectual de São Paulo - Julio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo, Fonseca Telles, Reynaldo Porchat, Henrique Bayma, Ernesto Leme, Almeida Prado, Mário de Andrade, Guilherme de Almeida e Cassiano Ricardo (CENTRO, 1937, p. 236-242)¹⁴.

¹² No primeiro volume da revista *Archivos do Instituto de Educação* foram publicadas resenhas das seguintes obras: Kilpatrick e Holley. No número 3, o livro "El juicio moral en el niño", de J. Piaget e "Instrucción etica de la juventud", de Frederic W. Foerster, e "Principios de Sociologia", de Azevedo foi resenhada por Claude Lévi-Strauss e Paul Arbousse Bastide.

¹³ Além de Fernando de Azevedo, o sociólogo Emile Durkheim (1937, p. 199-204) teve uma de suas obras resenhadas.

¹⁴ Centro de Documentação e Estudos Pedagógicos. *Archivos do Instituto de Educação*, São Paulo, v.3, n.4, p. 236-242, set. 1937.

Os laboratórios das diversas Cadeiras - Psicologia Aplicada, Biologia e de Pesquisas Sociais e Institucionais - deveriam funcionar como espaços interdisciplinares e de investigação de temas que interessavam à sociedade civil, visando fornecer, aos políticos, sugestões práticas de encaminhamento de soluções aos problemas educacionais e aos estudantes, um arcabouço teórico e metodológico.

Portanto, os **Laboratórios** deveriam ocupar um espaço de mediação no projeto de modernização da sociedade. Em última instância, eles deveriam garantir um suprimento de soluções e encaminhamentos técnicos aos responsáveis pela tomada de decisões - o técnico servindo e atendendo o político-, na perspectiva liberal de crença no poder da educação como fator de regeneração social (RUDOLFER, 1937, p. 230)¹⁵.

A professora Noemy Rudolfer, em discurso proferido para delegados e inspetores escolares explicitou o critério que deveria nortear a seleção dos temas: "*Na escolha do que investigar, o critério fundamental deve ser aquilo que mais de perto se relaciona com a situação escolar e o que de mais urgente tem ella que resolver*". Essa afirmação não a colocava em atitude contraditória com o pensamento dominante dos intelectuais paulistas, responsáveis pelo projeto universitário, pois também defendia a idéia de que a *pesquisa científica deveria ser desinteressada*, não visando, de imediato, nenhuma utilidade prática. Mas, afirmava, "*esse desinteresse não deve ultrapassar os limites da cogitação em torno do que é susceptível de fazer progredir a escola paulista*"¹⁶.

¹⁵ RUDOLFER, Noemy da Silveira. Discurso. Archivos do Instituto de Educação. São Paulo, v.3, n.4, p. 230, set. 1937.

¹⁶ A história da escola primária parece ter-se apropriado dessa política. Os dados disponíveis evidenciam que o aparelhamento daquele grau de ensino, com a instalação do "lactário", do "gabinete dentário" e a aborção de prerrogativas e de atribuições, não especificamente educacionais, como doação de "merenda, surgiram de decisões tomadas a partir de levantamentos realizados por alunos da Escola Normal, junto à população, crianças sobretudo, que habitavam os cortiços e porões - as casas de cômodo - das áreas centrais da cidade, próximas à Caetano de Campos. A partir de experiências bem sucedidas, realizadas

A formação pedagógica do professor secundário até 1938 foi realizada no Instituto de Educação, nas diversas Cadeiras de sua responsabilidade, mas nem todos os egressos da Faculdade de Filosofia matriculavam-se nos cursos exigidos.

Sob uma única Cadeira recaía a responsabilidade formal de estreitar as relações entre os dois institutos - Metodologia do Ensino Secundário; todavia, devem ter sido muitas as dificuldades no sentido da definição do perfil do profissional que deveria assumi-la pois acabou não sendo provida em concurso, sendo regida por Paul Arbousse Bastide e convidados.

Arbousse Bastide em programa previsto para ser executado em dois semestres, publicado em 20 de abril de 1936, preocupou-se com "*a preparação do profissional do professor do ensino secundário. O que ella é em alguns paizes contemporaneos, preconceitos anti e pró-pedagógicos; procura de um ponto de vista sobre a pedagogia geral*". No primeiro semestre, tratava de diversos temas, a saber: "*natureza e significado do ensino secundário; o princípio do ensino secundário - a cultura geral e o despertar do espírito crítico, a preparação para a vida; o professor do ensino secundário: preparação, função, a disciplina intellectual e moral a que elle deve se impor*". No segundo, analisava "*o contacto moral e mental com os alunos; o professor secundário no meio social*" (CURSO, 1936 a)¹⁷.

O professor de *Metodologia do Ensino Secundário* deveria contar com o apoio de outros docentes - tantos quanto fossem as Secções representadas - para tratar das *Metodologias Especiais*. Nas primeiras décadas, elas foram tratadas sob forma de conferências, com a colaboração da Faculdade de Filosofia, Ciências e

por algumas de suas Cadeiras, sob supervisão de professores, como por exemplo, Biologia Educacional, ministrada pelo médico Almeida Jr, expandiu-se a decisão para o conjunto dos estabelecimentos. O depoimento de Heloisa Prestes Monzoni oferece uma série de pistas para a identificação e compreensão desse tema que está ainda por ser São Paulo, pela Autora, em 5, 13 de dezembro 1889 e 2 de maio de 1990.

¹⁷ CURSO de formação pedagógica do professor secundário. *Archivos do Instituto de Educação*, São Paulo, v. 2, n.2, p. 219-223, set. 1936 a.

Letras e se destinavam a "completar, por especialistas de cada uma das matérias das escolas secundárias, o curso de formação técnica e profissional do professor de ensino secundário". Em geral, os convidados discorriam sobre "a importância da história da disciplina, isto é, a trajetória de sua constituição, o programa escolar e a metodologia do ensino das matérias de sua especialidade".¹⁸

Essa proposta contemplou, assim, tanto a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para a educação quanto a elaboração de pesquisas direcionadas para a identificação e o reconhecimento do aluno e da escola. Mas apenas iniciado, não pode se concretizar, inteiramente.

Inicialmente foi necessário reorganizar os espaços, criando novos ou modificando os existentes, procurando adequá-los às novas necessidades. Iniciou-se a reforma e a ampliação do estabelecimento, com a construção de um terceiro pavimento, anexado aos dois existentes. Depois, foram limitações impostas pelo meio social que se caracterizava, segundo Fernando de Azevedo, "mais por um estado de efferencia intelectual do que pelo espirito scientifico, de trabalho desinteressado e methodico, e em que apenas se esboça a phase de especialização". (UNIVERSIDADE, 1935, p. 5)¹⁹

Estas palavras desnudam o conjunto de dificuldades, de incompreensões quanto às finalidades, o conteúdo e a natureza da nova escola superior. Além disso, são o reconhecimento pontual da incongruência representada pela introdução dos estudos especializados, pelo cultivo das atividades acadêmicas não

¹⁸ Em 1936, as conferências foram realizadas em setembro, com os seguintes convidados: Fernand Braudel proferiu duas - "Concepção da História e Pedagogia da História" e "A pedagogia da História adaptada à civilização brasileira"; Jean Maugeé discorreu sobre "O ensino de Filosofia na escola secundária" e "O ensino de Psicologia na escola secundária"; Pierre Monbeig tratou do "O ensino da Geografia na escola secundária"; Gleb Wataghin analisou "O ensino das ciências físicas" e Michel Berveillera discorreu sobre "As humanidades clássicas no ensino secundário". (CURSO, 1936 a, p. 224). Em geral, a maior parte dessas conferências foram publicadas no n. 3 da revista *Archivos do Instituto de Educação*.

¹⁹ UNIVERSIDADE de São Paulo. *Archivos do Instituto de Educação*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 5, set. 1935.

vinculadas diretamente ao fim utilitário, pelo domínio do trabalho metódico, quando as demandas sociais sugeriam o sentido contrário. O *espírito bacharelesco*, formalista, superficial, generalista, ainda permanecia como referência ao sucesso. Lutar contra gerações, dele impregnado, representava resistir à minimização ou mudança de qualquer proposta pedagógica que tivesse a intenção de modificar aquela situação.

O **Instituto de Educação** não conseguiu se impor. Decorridos quatro anos de sua instalação, foi abruptamente fechado, configurando um ato de extremada violência e autoritarismo.

Seu conteúdo e significado foram deliberadamente esvaziados - tanto pelos autores da violência como por alguns dentre os que a sofreram, ao vincularem o ato de fechamento à necessidade de realizarem a adequação às medidas emanadas da reforma federal de 1939, que impôs a padronização na formação do professor secundário, com a obrigatoriedade de qualquer Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras equiparar-se ao modelo federal.

Na verdade, esses dois eventos não formaram um único processo e nem mesmo guardaram intersecção entre si. Eles se constituíram em dois processos autônomos e independentes que a memória oficial cuidou de embaralhar.

A EXTINÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E A CRIAÇÃO DA SECCÃO DE EDUCAÇÃO NA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS.

A extinção do **Instituto de Educação** foi um desses acontecimentos marcado por uma **versão oficial** consagrada, veiculada, tradicionalmente, pelos estudiosos, sem questionamento, assentada em dois pressupostos. De um lado, na sua vinculação à edição do decreto-lei 1.190 de 4 de abril de 1939, que organizou a Faculdade Nacional de Filosofia e a definiu como **padrão federal**, para a formação do professor secundário e, de outro, na preservação de **uma imagem de instituição menor**, sem expressão, quando comparada à da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Entretanto, no primeiro caso, uma simples conferência nas datas dos dois acontecimentos anularia a relação necessariamente estabelecida entre eles. Isto porque, a sua extinção ocorreu quase um tanto **antes** da edição daquele decreto-lei.

Os contemporâneos que viveram o acontecimento na qualidade de coadjuvantes, embora ocupando posição de destaque, como José Quirino Ribeiro e Carlos Correia Mascaro, endossaram a explicação dominante, relativizando a importância do evento.

O primeiro procurou enfatizar, em suas reminiscências, que a situação foi decorrente de injunções pessoais, marcadas por relações tensas entre o novo interventor federal em São Paulo, Ademar Pereira de Barros, nomeado em abril de 1938, e o Secretário da Fazenda, da gestão anterior, Clovis Ribeiro, que permanecera no cargo e seria amigo, protetor e correligionário político de Fernando de Azevedo, então diretor do **Instituto de Educação**. Segundo ele, a intenção primeira não teria sido a sua extinção que acabou sendo conseqüência de desavença pessoal, envolvendo figuras de projeção do governo estadual. Além dos citados, identificou também a pessoa de Mariano de Oliveira Wendel, o novo Secretário da Educação, por ter assumido a autoria legal e a responsabilidade pela condução do processo. Lembrou ainda que o choque seria inevitável pelo fato de o novo interventor necessitar elaborar uma imagem pública calcada na de "*grande realizador e empreendedor*"; representação que acompanhava tanto a figura de Fernando de Azevedo, como a do antigo interventor, como condição dele criar e manter um novo espaço de poder - diferenciado e pessoal. Em outros termos, a afirmação do poder do interventor exigia a destruição da imagem do interventor anterior e de seu projeto político-cultural, e esta política passou pela destruição da de Fernando de Azevedo, historicamente ligado ao grupo vencido, com o golpe de 1937 e um de seus principais intelectuais orgânicos.²⁰

²⁰ Dep. José Quirino Ribeiro. Coletado em São Paulo pela Autora em 5 e 7 de abril e 7 junho de 1989.

Carlos Correa Mascaró, que acompanhou o episódio do interior do Estado de São Paulo, conhecia os envolvidos, dos quais se considerava amigo. Em suas lembranças, procurou contemporizar, justificando-se, com sua ausência, do palco principal das lutas. Contudo, afirmou a inexistência de solução de continuidade nos planos de governo dos dois interventores, defendendo a idéia de que Ademar de Barros adotou as metas educacionais que haviam sido de Armando de Salles Oliveira²¹.

A natureza do **Instituto de Educação** como centro de pesquisa e não simples instituto profissional, foi pouco lembrada pelos dois depoentes, numa constatação de que o seu projeto residia mais numa concepção que se encontrava finalizada em seus ideólogos, como Fernando de Azevedo, do que em fase de concretização, com o apoio ou a compreensão global dos agentes envolvidos.

Desta forma, se o **Instituto de Educação**, na prática, ocupou posição de menor expressão e foi pouco valorizado, por que foi extinto? Seria possível explicar sua extinção, somente em razão de divergências pessoais? Sem dúvida, ela se vinculou às questões políticas, denotando, mais uma vez, o uso político da educação e, em decorrência, a permanência de descontinuidades, no processo histórico educacional.

O **Instituto de Educação**, identificado por Fernando de Azevedo, em suas **Memórias**, ora como **Escola Superior de Pedagogia**, ora como **Faculdade de Educação**, ou **Laboratório do Ensino Paulista**, havia sido instalado com o apoio do mesmo segmento social que instituiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Com cinco anos de vida estava funcionando, de forma confortável, no último andar do prédio da tradicional Escola Caetano de Campos, contando com o aparelhamento necessário aos seus cursos. Esta situação, de certa forma, o distinguia das outras instituições superiores paulistas e era decorrente, sem dúvida,

²¹ Dep. Carlos Correa Mascaró, coletado na cidade de São Paulo, pela Autora, em 25 de agosto e 1 de set. 1989.

do prestígio político e do relacionamento pessoal que seu fundador e diretor mantinha junto às esferas do poder, durante a interventoria de Armando de Salles Oliveira. Enquanto os cursos da Faculdade de Filosofia viviam jogados de um prédio para outro, Azevedo contava com recursos necessários à concretização das reformas e da ampliação das instalações do prédio da Escola Normal.

Entretanto, se de um lado, suas condições razoáveis de funcionamento evidenciavam o relativo prestígio de seu diretor junto às autoridades estaduais, por outro, sua organização interna expressava sua fragilidade e definia os limites de sua ação - exercia um trabalho de coadjuvante, no qual todas as luzes externas se concentravam na Faculdade de Filosofia.

Nesta perspectiva, tornou-se presa fácil daqueles que pretenderam atingir a obra da *Comunhão Paulista*, expressão cunhada por Irene R. CARDOSO (1982) para designar o grupo que sustentara o projeto de criação da Universidade de São Paulo, do qual Fernando de Azevedo e Almeida Jr. foram expoentes e que passaram para a oposição no Estado, com a interventoria de Ademar de Barros²². Assim, a nova maioria política atingiu uma das instituições mais flagrantemente identificadas à *Comunhão*, bem como a pessoa que a expressava, de maneira mais totalizadora.

O **Instituto de Educação**, por não concentrar as atenções internacionais como a Faculdade de Filosofia, em razão do número de professores estrangeiros que nela militavam, mostrou-se presa frágil e se desmantelou à primeira lufada da tempestade que se aproximava. Em primeiro lugar, seu esvaziamento; depois, sua extinção pura e simples e, posteriormente, sua integração formal, como nova secção, à Faculdade de Filosofia. Todavia, isso se deu, juntamente com o despreendimento de suas principais ferramentas de trabalho, expressas nos laboratórios e nas escolas dos demais graus que lhe foram retiradas. Assim,

²² CARDOSO, Irene R. A universidade da comunhão paulista. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.

tornou-se facilmente controlável, perdendo sua capacidade de definir seus próprios caminhos, bem como a velocidade de seu caminhar.

Na **Secção de Educação** concentraram-se, praticamente, os cursos profissionais, destoando, propriamente, das demais Secções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, direcionadas para a pesquisa e os estudos científicos.

Portanto, a extinção do **Instituto de Educação**, como organismo autônomo e complementar ao trabalho realizado pela Faculdade de Filosofia, foi decorrência explícita da intervenção do poder político uma vez que não havia razão técnica que a justificasse. Ao contrário, os frutos e as realizações obtidas durante sua pequena existência - cinco anos - indicavam, do ponto de vista técnico, na direção de sua manutenção e prenunciavam sua imensa potencialidade em assumir papel central na estrutura do ensino oficial paulista, que dava os primeiros passos na sua organização.

A partir do segundo semestre de 1938, surgiu a **Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Educação** que sobreviveu até que foi obrigada a se adequar ao padrão federal, decretado no ano seguinte. A turma de formandos de 1939, pela primeira vez, recebeu o diploma de **professor secundário**, emitido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Nesse momento, encerrou também a chamada "*variante paulista*" dos estudos universitários, uma vez que a Faculdade de Filosofia, criada como centro de investigação e de pesquisa básica, passou a assumir também um papel profissionalizante, cada vez mais acentuado.

Bibliografia

- A EXTENSÃO cultural pós-primária em diversos países do ponto de vista da quantidade. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 246-251, set. 1937.
- AZEVEDO, Fernando de. A missão da universidade: conferência pronunciada em 4 de janeiro de 1935. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 28, set. 1935, 4.

- _____. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v. 1, n.1, p.3, set. 1935.
- _____. Archivos do Instituto de Educação. São Paulo, v.3, n.4, p.229, set. 1937.
- _____. Princípios de sociologia. Resenhado por LEVI-STRAUSS, Claude e BASTIDE, Paul Arbousse. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 185-188, set. 1935.
- BARROS, Dora C. de. Função didática do plano de ensino plano de curso e plano de aula, São Paulo: s-n, 1940.
- CARDOSO, Irene R. A universidade da comunhão paulista. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.
- CENTRO de Documentação e Estudos Pedagógicos. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v.3, n.4, p. 236-242, set. 1937.
- CUNHA, Célia Ribeiro da. Como estudar com eficiência.
- CURSO de Conferências sobre metodologias especiais. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 224, set. 1936a.
- CURSO de formação pedagógica do professor secundário. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v. 2, n.2, p. 219-223, set. 1936 a.
- DURKHEIM, Emile. As regras do methodo sociológico. São Paulo: Nacional, 1937. Resenhado por R. A.. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v.3, n. 4, p. 199-204, set. 1937.
- FACTOS e tendências mundiais na esfera da educação secundária. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 251-259, set. 1937.
- FOERSTER, Frederich W. Instrucción etica de la juventud. Madrid, Ed. Labor, 1935. Resenhado por R. A. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 115-118, mar. 1937.

- HOLLEY, Charles Elmer. An introduction to the psychology of the class-room. Boston: Heath, 1930. 257p. Resenhado por M. P. C. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 189-200, set. 1935.
- KILPATRICK, William Heard. Foundation of method: informal talks on teaching. New York: Macmillan, 1932. 383p. Resenhado por M. P. C. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v.1, n. 1, p. 189, set. 1935.
- MENSAGEM apresentada pelo governador Armando de Salles Oliveira à Assembléia Legislativa de São Paulo em 9 de Julho de 1936. São Paulo, Rev. dos Tribunais, 1936.
- PIAGET, Jean. El juicio moral en el niño. Madrid, Francisco Beltrán, 1935. 405p. Resenhado por O. P. J. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 110-114, mar. 1937.
- REGULAMENTO para concursos livre-docentes. Archivos do Instituto de Educação. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 210-211, set. 1935.
- RELATÓRIO da Cadeira de Psicologia Educacional. Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, V. 2, p. 515-520, 1939-1949.
- RUDOLFER, Noemy da Silveira. Aferição do teste Deaborn, série I, exame A. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v.1, n.1, p. 74-159, set. 1935.
- _____. Discurso. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v.3, n.4, p. 230, set. 1937.
- _____. Um ensaio de método ativo no ensino superior. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v.2, n.2, p.47-119, set. 1936.
- UNIVERSIDADE de São Paulo. Archivos do Instituto de Educação, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 5, set. 1935.